

Cultura Pedem que se divulgue a proposta do Ministério da Cultura

Há empatia com Costa, mas falta tempo e um plano à Cultura

Apesar de ter tranquilizado alguns dos subscritores, há quem considere que Costa “insuflou” o papel da Cultura no Plano de Recuperação e Resiliência

Isabel Coutinho

O primeiro-ministro, no artigo de opinião que assinou ontem no PÚBLICO, em resposta à “Carta Aberta da Cultura a António Costa”, assinada por várias entidades da Cultura onde se alertava para a “omissão da Cultura” no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), fez um repto pedindo que até ao próximo dia 1 de Março, data em que termina o prazo de consulta pública, sejam feitos contributos, que, diz o primeiro-ministro, serão “bem-vindos” para que possam “considerar novos programas ou novos projectos”. O PÚBLICO tentou escutar algumas respostas a este desafio.

Um dos subscritores da Carta Aberta, o investigador António Pinto Ribeiro, depois de ler a resposta do primeiro-ministro, que lhe pareceu ser de alguém que “está atento” ao que se passa na Cultura, decidiu ontem intervir e fez já as suas sugestões na plataforma. “Acho que as pessoas que subscreveram a carta e outras também devem fazer isso, devem fazer sugestões”, diz ao PÚBLICO, embora o prazo seja muito curto.

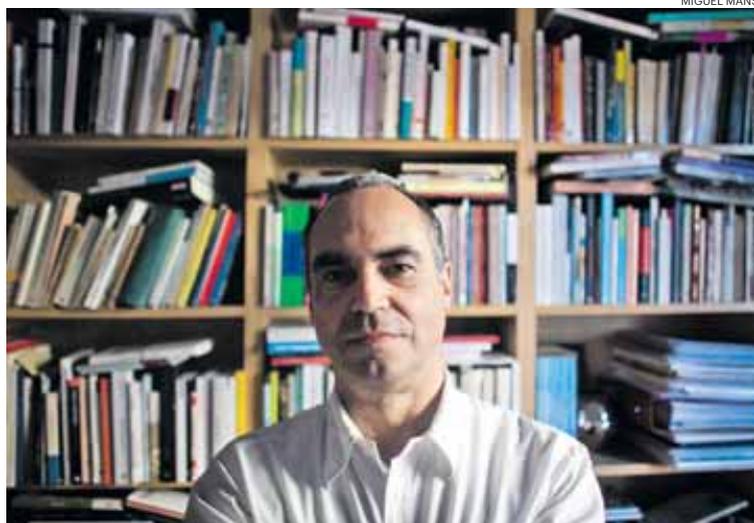
Na sua visão, António Costa e os subscritores da carta que incluíam várias entidades culturais e personalidades de diversas áreas (Aldina Duarte, Sérgio Godinho e Camané, a editora Bárbara Bulhosa, a escritora Ana Margarida de Carvalho, a actriz Maria do Céu Guerra, a investigadora Irene Pimentel, o encenador Jorge Silva Melo, o gestor cultural Miguel Lobo Antunes ou a presidente da Fundação José Saramago, Pilar del Río) estão do mesmo lado. O que lhe parece é que, “eventualmente, houve uma menor sensibilidade” em relação às questões culturais na sua complexidade – quer

seja da parte do grupo de trabalho que redigiu o plano, de algumas partes do Governo ou da Comissão – que fez com que neste projecto a dimensão cultural esteja substancialmente ausente.

Para Samuel Rego, outro dos subscritores da “Carta Aberta da Cultura a António Costa”, esta resposta do primeiro-ministro “transmite a ideia de que está mais próximo da Cultura do que a própria ministra”. O ex-director-geral das Artes lembra que “este Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) será gerido centralmente” e esta resposta “vem demonstrar que é possível que a pessoa que escreve esta carta de boas intenções venha a poder utilizar o investimento na Cultura. “Isso também nos dá bastante tranquilidade.” O ideal seria agora “a cultura constituir uma plataforma para apresentar propostas”, mas na impossibilidade temporal de isso acontecer, “porque o tempo é escasso”, lembra que “a própria ministra da Cultura tem o levantamento mais do que feito porque todos os dias fala sobre o assunto”.

Cíntia Gil, da Plataforma do Cinema (um dos grupos que trabalhou a “Carta Aberta”), considera que através desta resposta o primeiro-ministro está a “insuflar aquilo que existe de Cultura” no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). “A nossa pergunta era sobre uma visão estratégica para a Cultura. Onde é que está essa visão? Onde está esse reconhecimento do papel da Cultura na construção do futuro próximo do país?”, diz ao PÚBLICO.

A Plataforma do Cinema lamenta que não tivesse havido um cuidado em comunicar e trabalhar mecanismos de diálogo com o sector. “Foi criada uma aparência de que há uma absoluta abertura, quando o que há são duas semanas para estu-



Entre os subscritores, estão António Pinto Ribeiro, Aldina Duarte, Sérgio Godinho, Camané e Cíntia Gil, entre outros

dar um plano, que é complexo, que responde a directrizes específicas da União Europeia e cujos conhecimentos técnicos o sector à partida não tem. Nem tem que ter”, afirma Cíntia Gil.

“Por outro lado, parece-nos que, tendo o primeiro-ministro recriado o Ministério da Cultura (MC), tendo todo o discurso que teve sobre a importância deste organismo, continuamos a perguntar onde está a proposta do MC? Porque, se houve

proposta do MC para este plano, e nós recusamo-nos a acreditar que não houve, então essa proposta tem de aparecer. António Costa deve autorizar o ministério a apresentar essa proposta e explicar por que é que ela não entrou”, considera a Plataforma do Cinema pela sua portavoza. “Agora não pode atirar para o sector a elaboração de propostas tão específicas e tão detalhadas e tão técnicas em duas semanas porque não há de facto um plano para a cultura ali e, como não há, nós não temos nada a que responder”, acrescenta Cíntia Gil. Isso não significa que a Plataforma não vá enviar propostas, ainda estão a considerá-lo. “Imagino que do sector surgirão muitas propostas”, acrescenta.

António Pinto Ribeiro lembra que este tipo de planos são maquetes, onde supostamente tudo é muito rigoroso e é assim que tem de ser, mas se há algo intrínseco à dimensão cultural é o acidente e o acaso. “Para os criadores, não pode ser tão rígido este esquema que de alguma forma estrangule a própria criação cultural” e por isso aconselha a que no futuro haja uma maior manobrabilidade e que estes tipos de planos não sejam tão rígidos.

RICARDO CASTELO/NFACTOS



Para os criadores, não pode ser tão rígido este esquema que de alguma forma estrangule a própria criação cultural

António Pinto Ribeiro
Investigador

O papel da cultura, no sentido de ser um mecanismo que promove o pensamento crítico e a revisão de mentalidades e de hábitos sociais, culturais, é uma área fundamental que não está plasmada no Plano de Recuperação e Resiliência

Cíntia Gil
Plataforma do Cinema

“Um dos problemas que temos em Portugal” é que na área cultural “não está o diagnóstico feito”, diz ainda o programador cultural quando em áreas como a do Ambiente e a da questão dos oceanos esse trabalho está feito. “Na área cultural, não sabemos quanto é que custa a cultura, não sabemos qual é a massa crítica capaz de responder neste momento às ambições para que este plano pode eventualmente apontar”.

No entanto, até ao dia 1 de Março, não há tempo para o fazer. “Está fora de questão, há é a possibilidade de eventualmente a partir desta proposta pensar em fazer-se um diagnóstico, a médio e a longo prazo, sobre quanto é que custa e o que é necessário, pois não se sabe. Dá-se todos os anos uma quantidade de financiamento para ‘a Cultura’ e as pessoas, de alguma forma, administram esses parques meios que têm. Mas na verdade não se sabe o que se podia fazer, e se se soubesse o quanto é que seria necessário executar.”

Entre as suas propostas, considerando que as áreas para que este plano aponta são muito estritas, como o ambiente e a transição digital, António Pinto Ribeiro sugeriu

que o INA – Direcção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas devia ter, como já teve nos anos 1990, um forte investimento na formação dos administradores da administração pública vocacionados para a administração cultural e para a gestão. “Seja ela privada, seja ela pública. Um dos problemas com que nos confrontamos é a ausência de massa crítica e de formação adequada aos tempos de hoje. Tudo o que tem a ver com a dimensão visual ou o que o digital permite, bem como os equipamentos, deve ser pensado.”

Na sua resposta, o primeiro-ministro chama a atenção para o facto de o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) ser um mecanismo extraordinário, que não substitui outros mecanismos de financiamento comunitário ou nacional e remete para uma série de outros fundos, de outras formas de financiamento. Por isso, em relação ao futuro, Samuel Rego lembra que “como também está em cima da mesa o Quadro Financeiro Plurianual que será gerido regionalmente, é importante que o primeiro-ministro, que escreve esta carta, inclua a Cultura nos objectivos temáticos para que

essas verbas possam ser geridas autonomamente pela Cultura”. Quer com isto dizer que “as identidades artísticas possam ir buscar o dinheiro directamente aos programas operacionais regionais.”

Ao invés, o Plano de Recuperação e Resiliência é gerido centralmente. “Mas é suposto que a ministra da Cultura já tenha o levantamento feito e se há sector que tem feito a migração para o digital nos últimos meses é o da Cultura: os planos de digitalização na área do cinema já existem e já há uma noção bastante minuciosa sobre aquilo que é preciso fazer na área da digitalização. Na área da música e do teatro, o esforço que está a ser feito é colossal e, sectorialmente ou por disciplina, cada uma apresentará as suas propostas.”

Um dos aspectos menos produtivos do Plano de Recuperação e Resiliência para António Pinto Ribeiro é que “a Cultura aparece neste documento como mero instrumento ao serviço de outras áreas e de outras dimensões”. Também Cíntia Gil diz que “um plano de resiliência sério tem de ter medidas concretas que reconhecem que a cultura é um eixo fundamental, precisamente nessa capacidade de resiliência de uma população. E é isso que não está em lado nenhum.”

Considera que “os únicos momentos” em que o Plano de Recuperação e Resiliência contempla a cultura é “numa visão pequena infra-estrutural, que tem a ver com equipamentos” ou numa “visão subalterna em que a cultura é vista como uma força criativa que pode ser posta ao serviço de áreas que são, essas sim, contempladas de forma mais séria, como as engenharias, matemática e ciência”. Ou então “reduzindo o sector cultural àquelas áreas que têm um potencial de crescimento muito grande (por exemplo o entretenimento digital, as plataformas de *streaming*, o *gaming*) e que são áreas muito específicas dentro de um tecido cultural muito mais vasto e que não reflectem aquilo que é de facto essa diversidade”.

Cíntia Gil diz que, mesmo do ponto de vista da transição climática, por exemplo, que entra no espírito deste mecanismo de financiamento, a grande questão tem a ver com a mudança de comportamentos e mentalidades. “É evidente que as produções culturais têm uma capacidade enorme de nos fazer pensar e fazer mudar comportamentos. É uma área fundamental para se conseguir intervir nessa área. Não se vai lá por decretos e transformações nos edifícios. O papel da cultura, no sentido de ser um mecanismo que potencia e promove o pensamento crítico e a revisão de mentalidades e de hábitos sociais, culturais, é uma área fundamental que não está plasmada no Plano de Recuperação e Resiliência.”

Escolhidos os primeiros cinco finalistas do Festival da Canção

Rodrigo Nogueira

A 55.ª edição do Festival arrancou anteontem. Karetus, The Black Mamba, Valéria e Sara Afonso foram os primeiros apurados

Arrancou a 55.ª edição do Festival da Canção. A primeira semifinal foi apresentada anteontem à noite por Sónia Araújo e Jorge Gabriel, a partir dos estúdios da RTP. É, como seria de esperar, um festival um pouco diferente, o que se traduz no facto de não haver qualquer tipo de público em estúdio. De dez canções a concurso, ficaram escolhidas as primeiras cinco que vão disputar a final de 6 de Março desta edição atípica do festival.

São elas: *Na mais profunda saudade*, uma composição de Helder Moutinho interpretada por Valéria, *Saudade*, de Karetus com Romeu Bairos, *Love is on my side*, de The Black Mamba, *Dia Lindo*, de e por Fábria Maia, e *Contramão*, de Filipe Melo, com letra de Teresa Sequeira, cantada por Sara Afonso. Sim, duas têm “saudade” no nome.

As pontuações de cada uma delas não foram reveladas. Os temas foram apurados por um júri composto por pessoas da área da música e alguns ex-concorrentes do Festival, incluindo músicos e cantores como Rita Guerra, Paulo de Carvalho, NBC e Marta Carvalho, a fotógrafa Rita Carmo e a radialista e apresentadora de televisão Vanessa Augusto. A concurso tinham ido também *Claro como água*, de Stereossauro, pela voz de mema., *Cheguei aqui*, com música de Anne Victorino d’Almeida e letra de Tiago Torres da Silva, *Girassol*, de e

por Miguel Mâroco, *Livros*, de e por Irma, e *Mundo*, de IAN.

Esta primeira noite foi um desfile de canções na sua maioria baladeiras, com graus diferentes de intensidade e do tipo de carga dramática que se quer numa concorrente da Eurovisão, com uma boa parte delas a utilizarem a guitarra portuguesa, até nos casos que seriam expectavelmente mais ligados à dança. Muitos dos concorrentes também actuaram em palcos algo despojados. A próxima semifinal será no sábado, com mais uma dezena de temas interpretados por Da Chick, Tainá, Ariana, EU.CLIDES, Joana Alegre, Pedro Gonçalves, Ana Tereza, Carolina Deslandes, Graciela e NEEV. A canção vencedora irá até Roterdão entre 18 e 22 de Maio representar Portugal.

As canções foram desfiladas às cinco de seguida, separadas por entrevistas conduzidas por Inês Lopes Gonçalves, sempre informada e interessada no que os compositores e intérpretes tinham para dizer no *green room*, sem intervalos. Cada tema foi antecedido de um postal, neste caso uma apresentação composta por vídeos de amigos dos compositores a falarem sobre os escritores das canções.

Na emissão, houve espaço para um segmento para honrar a edição da Eurovisão do ano passado, que não aconteceu por causa da pandemia. Ainda apareceu Elisa, que no ano passado interpretou *Medo de sentir*, de Marta Carvalho, e venceu o festival, não tendo chegado a ir à Europa representar Portugal. Veio cantar *A Ilha*, o seu novo *single*. Já Dora veio cantar o clássico *Não sejas mau pra mim*, canção vencedora de 1986.



Sara Afonso cantou *Contramão*